

# Planejamento e liberalismo

ESTADO DE SÃO PAULO

COMO E POR QUE AS NOSSAS TAXAS DE CRESCIMENTO, OS FAMOSOS 7% AO ANO DURANTE 40 ANOS, DESABARAM?

CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL

Quem cresceu sob a influência da propaganda governamental, promotora dos feitos do Brasil grande na década de 70, e depois teve de pagar a conta, não pode deixar de se perguntar o que foi que deu errado. Como e por que as nossas taxas de crescimento, os famosos 7% ao ano durante 40 anos, desabaram? Será que a única causa foi a nossa incompetência? Será que algum evento externo imprevisível e misterioso foi o responsável? Foi a política? Ou, será, que, na verdade, Deus deixou de ser brasileiro?

Excetuando a última hipótese, é muito importante analisar o que aconteceu para evitar que erros do passado sejam repetidos. Sobretudo, é fundamental entender a profunda dependência que as nossas taxas de crescimento têm vis-à-vis a situação de curto prazo do nosso balanço de pagamentos. Uma situação que, inevitavelmente, perdurará até que consigamos realizar um ajuste fiscal para valer.

Vivemos numa época em que, enquanto antigos paradigmas são derrubados, novos são erigidos. Há 25 anos, o capitalismo de Estado estava em voga, quem promovia e dirigia o desenvolvimento nacional era o governo. Tinha-se forte ênfase no planejamento e se aceitava uma exagerada presença do Estado na economia. Já hoje, vivemos uma época de contestação, em que um neoliberalismo ainda incipiente começa a mexer com as estruturas de mercado, e de uma maneira que a maioria não entende muito bem, e surge forte tendência a que qualquer forma de planejamento de mais longo prazo seja relegada a segun-

do e, às vezes, a terceiro plano.

Criticam-se, com justa razão, os verdadeiros paquidermes de ineficiência que se tornaram várias das estatais brasileiras, que, com seus privilégios e desperdícios, são um verdadeiro abuso contra o cidadão comum. Idéias como a redução do tamanho do Estado na economia e maior integração com o mundo ganham força irresistível. Pouco a pouco, as pessoas começam a entender que, quanto mais o governo intervém, pior é e, embora muito lentamente, começa a mudar aquela visão de que ele deve ser o responsável pela solução de todos os problemas. Isso, simplesmente, não é possível.

Por outro lado, é importante reconhecer que essa mudança nas idéias tem sido muito ajudada e até mesmo acelerada pelos sucessos do Plano Real, que, até agora, conseguiu acabar com a inflação de forma quase indolor.

De fato, o plano só foi possível por causa de uma abertura comercial e financeira sem precedentes, e sua sustentabilidade a curto e médio prazo parece depender do sucesso do programa de privatizações, eventos esses que se enquadram perfeitamente dentro do receituário de política econômica neoliberal.

Daí uma forte tendência a confundir alhos com bugalhos e a concluir que a economia brasileira está prestes a se tornar um novo modelo mundial de eficiência neoliberal, isto é, com a produtividade crescendo continuamente e em ritmo acelerado. Sugere-se que situações observadas em outros

países se repetirão aqui em pouco tempo, sem que se verifique se as condições que lá prevaleceram também existem por aqui.

Eleger o neoliberalismo como paradigma não garante alcançá-lo e, certamente, não exclui a necessidade de planejamento. Ao contrário, reforça e torna mais difícil o problema para uma sociedade que se acostumou a esperar a intervenção estatal como panacéia universal e agora parece querer rejeitar esse passado, tendo de aprender como.

Não basta a catilinária usual de que governo bom é o que nada faz. No limite, isso não leva ao liberalismo, e, sim, ao anarquismo. A vida não é uma abstração, problemas acontecem e devem ser resolvidos a tempo.

## Se não se começar agora a plantar o futuro, País poderá voltar a trilhar os caminhos do terceiro-mundismo

A questão principal continua sendo como fazer para tratar as externalidades e as falhas de mercado. Pois só um tolo pensaria que elas acabaram porque adotamos uma nova forma de pensar ou

porque são incômodas para o raciocínio. O exemplo recente da crise bancária, resolvida em parte pelo Proer, ilustra um caso típico em que a não-intervenção provavelmente geraria uma crise brutal, havendo um enorme efeito de externalidade (a quebra de um banco poderia arrastar vários dos seus depositantes) e um potencial imenso de falha de mercado (não havia como evitar o contágio da desconfiança na parte sã do sistema financeiro).

Virou moda afirmar uma indestrutível crença no mercado, embora isso não queira dizer que ele

realmente exista ou funcione adequadamente, como geralmente fica implícito. Prevalece uma visão simplista do problema. Quantas vezes não ouvimos aquela frase "sou um homem de mercado" ou, então, "acredito no mercado", quando, na verdade, o que a pessoa quer dizer é que negocia o preço?

Assim, é preciso garantir as pré-condições para que existam os mercados e eles sejam eficientes. Marcos regulatórios devem estar bem definidos por regras claras, com baixo custo de adesão, e deve haver não só total confiança nas intenções do governo, mas também na sua capacidade de executar o que decide. Alcançar esse ponto, num processo contínuo e duradouro, depende, evidentemente, de planejamento e acompanhamento minuciosos, o que não necessariamente implica intervencionismo.

No caso brasileiro, constata-se que ainda há muito por fazer. Por exemplo, o País ainda não possui sequer instrumentos básicos de controle, como seria o caso de um orçamento público plurianual mandatório. Por outro lado, seus marcos regulatórios estão mal definidos, ao mesmo tempo em que embarcamos num extenso programa de privatização dos serviços de utilidade pública, o que trará problemas. Se não se começar agora a plantar o futuro, então, quando a situação externa ficar desfavorável, o neoliberalismo poderá soçobrar e o País voltará a trilhar os caminhos do terceiro-mundismo.

■ Carlos Ivan Simonsen Leal, Ph.D em Economia pela Princeton University, é diretor da EPGE/FGV

- 1 SET 1997